LUÍS DE MOLINA E A DEFESA DA LIBERDADE HUMANA EM PORTUGAL NO SÉCULO DE CAMÕES

João Rebalde

1. Introdução: Luís de Molina e a Companhia de Jesus

Quando em 1527, Simão Rodrigues (1510-1579), munido de uma bolsa concedida pela coroa portuguesa ingressou no Colégio de Santa Bárbara em Paris para estudar Artes e Teologia, estava certamente longe de imaginar que pouco tempo depois seria um dos fundadores de um dos movimentos intelectuais e espirituais mais importantes do século XVI: a Companhia de Jesus. Simão Rodrigues conheceu Inácio de Loyola em 1529, e desde então participou abnegadamente no plano de vivência espiritual e no projeto missionário que Inácio tinha em mente[1]. Nos mesmos anos, o movimento reformista desenvolveu-se e alterou decisivamente o panorama religioso, político, económico, cultural e artístico, especialmente no norte e centro da Europa. Inácio de Loyola, Simão Rodrigues e os seus companheiros foram-se adaptando às circunstâncias e aos desafios do seu tempo e, decididos pela fidelidade ao Papa e à Igreja, tornaram-se rapidamente um dos principais veículos da resposta contrarreformista.

Simão Rodrigues beneficiou de uma das bolsas que Diogo de Gouveia (1471-1557) conseguiu junto de D. João III para apoiar a formação de estudantes portugueses no Colégio de Santa Bárbara em Paris. Diogo de Gouveia, que ocupou diversos cargos no Colégio de Paris, desde cedo se interessou pela iniciativa de Inácio de Loyola e seus companheiros. Em 17 de fevereiro de 1538, Diogo de Gouveia recomendou a D. João III que trouxesse a Companhia de Jesus para Portugal, por a considerar um bem inestimável para a tarefa de difusão da doutrina cristã, particularmente na Índia. Os primeiros membros da Companhia em Portugal fizeram progressos céleres em duas direções: Francisco Xavier viajou para a Índia onde ajudou a fundar colégios de grande relevo, como o Colégio de Goa; Simão Rodrigues permaneceu em Lisboa, por onde começou a instalação da Companhia no velho mosteiro de Santo Antão, em 1542[2]. Com a entrega

[1] José Carlos Monteiro Pacheco, Simão Rodrigues: iniciador da Companhia de Jesus em Portugal, Apostolado da Oração, Braga 1987, p. 25 e segs.

[2] Vd. Pinharando Gomes, *Os Conimbrincenses*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 10 e segs.

do Colégio das Artes de Coimbra à Companhia em 1555 e do Colégio de Évora em 1559, os jesuítas adquiriram um enorme relevo na educação e no desenvolvimento científico em Portugal.

Em pouco mais de 30 anos ocorreu um importante desenvolvimento do sistema educativo português, seja pela formação de jovens mestres em colégios franceses que posteriormente assumiram funções no ensino português, seja pelo investimento no ensino secundário e superior, com a dinamização dos colégios de Coimbra e Évora. E os jesuítas não foram apenas um produto como estiveram intimamente ligados a este desenvolvimento.

O projeto de Inácio de Loyola caraterizou-se por ser simultaneamente espiritual, educativo e missionário, e em todos estes domínios assumiu um carácter simultaneamente inovador e contrarreformista. A Companhia procurou enfrentar os desafios da Contrarreforma e ao mesmo tempo procurou fazer uma revisão das velhas questões teológico-filosóficas sem recear a inovação. Para o fazer contou com uma geração de jesuítas bem preparados, a que pertenceram mestres como Manuel Álvares, Cipriano Soares, Pedro Perpinhão, Jorge Serrão, Inácio Martins, Marcos Jorge e Pedro da Fonseca. Estes mestres jesuítas contribuíram laboriosamente para uma renovação intelectual e espiritual que foi continuada pelas gerações seguintes de mestres dos colégios da Companhia em Portugal.

Luís de Molina foi uma figura exemplar da geração de ouro de mestres da Companhia. Nasceu em Cuenca, onde fez os primeiros estudos, estudou no Colégio de Alcalá, e depois de se ter juntado à Companhia de Jesus, foi enviado para Portugal, onde fez o noviciado e estudou Artes em Coimbra e teologia em Évora. Foi na cidade alentejana que se doutorou em 22 de abril de 1571. Pode dizer-se que a formação fundamental de Molina em filosofia e em teologia foi completamente obtida em Portugal. Após o período formativo, tornou-se docente no Colégio das Artes de Coimbra, onde lecionou um curso completo entre 1563 e 1567, quando era reitor deste Colégio o jesuíta Jorge Serrão. Em 1568 mudou-se para Évora para lecionar teologia, tendo exercido a regência da primeira cadeira de teologia entre 1572 e 1584. De acordo com os currículos do ensino nos colégios da Companhia, Molina comentou em Artes as obras de Aristóteles e em Teologia a *Suma de teologia* de Tomás de Aquino.

2. Os primeiros anos de docência no Colégio de Évora

Nos primeiros anos que ensinou em Évora, especialmente entre 1568 e 1573, dedicou-se à análise das controversas questões sobre a presciência, a providência e a predestinação divinas e as questões sobre vontade

e a liberdade humana. Estas questões agitavam de um modo renovado os intelectuais da época (católicos, reformistas, humanistas e outros pensadores). Sabemos que Molina discutiu profundamente estas questões, em aulas e em sessões públicas e privadas, e que as suas posições deixaram uma marca naqueles que o ouviram. O que tinha sido ditado e o que se contava dos seus ditados adquirira fama e aos poucos as posições tornaram-se conhecidas, foram discutidas e geraram polémica, antes mesmo de existir qualquer impressão desses textos[3].

Pode sugerir-se que a renovação do ensino em Portugal (onde Molina esteve inserido enquanto estudante e docente) gerou um ambiente extraordinariamente dinâmico onde fervilhavam novas ideias em diversos campos do saber. Assim, ao frequentar o ensino em Portugal, Molina teria teorizado de forma sistemática as novas ideias que eram discutidas nos colégios[4]. Mas se comparamos os textos subsistentes (manuscritos e impressos) dos mestres dos colégios jesuítas portugueses próximos de Molina, não encontramos indícios de uma renovação efetiva nas questões teológicas e filosóficas acima referidas. Os mestres que antecederam Molina no ensino eborense e conimbricense (por exemplo, Marcos Jorge, Fernando Perez e o próprio Pedro da Fonseca) não introduziram novidades assinaláveis nas questões de que se ocupou Molina nos primeiros anos do ensino de teologia em Évora. O genial Pedro da Fonseca, que apoiado nos textos de Aristóteles propôs um original sistema metafísico, só escreveu sobre estas questões, com toda a inovação que os seus textos aportam, em 1596, muito depois de Molina ter escrito sobre elas[5]. E, de facto, quando estalou a controvérsia em torno dos escritos de Molina, nenhum dos mestres acima referidos foi implicado de forma particular. Temos, pelo contrário, indícios que sugerem que as ideias inovadoras preconizadas por Molina, geraram mal-estar entre alguns mestres dos colégios portugueses e que para com ele havia, como ele mesmo confidencia, «pouco favor»[6].

[3] Friedrich Stegmüller (ed.), *Geschichte des Molinismus, vol. I. Neue Molinaschriften*, Münster, Verlag der Aschendorffschen Verlagsbuchhandlung, 1935, p. 551.

[4] Orlando Romano, *O Molinismo. Esboço histórico da génese de conceito filosóficos: I – o livre arbítrio e as virtudes naturais*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1969, p. 42.

[5] Vd. João Rebalde, "Pedro da Fonseca's Doctrine on the Middle Knowledge", in Simone Guidi & Mário Santiago de Carvalho, *Pedro da Fonseca. Humanism and Metaphysics*, Turnhout, Brepols, 2023, pp. 63-85.

[6] Carta de Luis de Molina para o Geral Geral Claudio Acquavia, de 29 de Agosto de 1582. Cf. Friedrich Stegmüller (ed.), *Geschichte des Molinismus, vol. I. Neue Molinaschriften*, cit., p. 558.

Não temos aqui ocasião para aprofundar as densas questões teológico-filosóficas que nestes primeiros escritos emergiram, mas fazemos notar que por exemplo a doutrina que mais fama e dificuldades trouxe a Molina – a doutrina da ciência média – ainda não estava plenamente desenvolvida em 1570. Molina ainda não tinha descoberto completamente a solução para compatibilizar a liberdade humana com a presciência divina (e desta forma defender a liberdade humana), pelo menos com os argumentos que utilizou uma década depois e que são um dos pilares do movimento molinista. Não é certo em que momento da década seguinte, Molina encontrou os argumentos inovadores com que afrontou o problema mencionado, mas é certo que entre 1580 e 1582, as ideias que defendia em aulas e em conversas públicas e privadas já eram objeto de uma acesa controvérsia. Em 1582, os teólogos de Salamanca já associavam com "escândalo" o pensamento de Molina às ideias de Alonzo Deza, Miguel Marcos e Luis de León, que tinham sido condenadas pela Inquisição de Espanha[7]. Ainda que estes autores não tenham defendido exatamente as mesmas ideias que Molina, existem algumas semelhanças com parte das doutrinas que este sistematizou mais tarde.

Entre os críticos de Molina contava-se o importante teólogo dominicano de Salamanca, Domingo Báñez. Báñez publicou em 1584 os seus comentários à primeira parte da *Suma de teologia*, nos quais defendeu posições opostas às de Molina. Foi na sequência da publicação destes comentários que Molina recebeu finalmente autorização para publicar os seus próprios comentários. A publicação supunha uma boa ocasião para Molina se defender adequadamente das acusações que lhe eram feitas e para clarificar o que realmente defendia. Algumas informações sobre o pedido de autorização feito por Molina para a impressão dos comentários encontram-se numa carta dirigida por este ao Geral Claudio Acquaviva, de 29 de agosto de 1582: «li a primeira parte, lendo dela tudo o que parecia conveniente ler-se. Saiu tão acertada, que todos julgaram por muito avantajado quanto sobre aquela matéria tinha escrito. E foi muito procurada, e comprada por muitos a cinco, seis, sete ducados, e algumas por menos. E por uma me garantiram ter dado quinze. E muitos religiosos e seculares a levaram, e assim foi levada para diversas partes. (…) O que entre outras coisas me movia a imprimir já o que está feito é, que como anda ditado de

[7] Sobre a história da controvérsia *de auxiliis*: vd. Vicente Béltran de Heredia, *Domingo Báñez y las controversias sobre la gracia. Textos y documentos*, Salamanca, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1968; e David Torrijos Castrillejo, *Pedro de Ledesma y los orígenes de la controversia de auxiliis*, Madrid, Editorial Sindéresis, 2024.

verbo a verbo e é levado para tantas partes, facilmente pode outro imprimir a substância em nome próprio e ficar a Companhia defraudada do crédito dos trabalhos e da doutrina dos seus. E muitos já tentaram imprimir. E outros já imprimiram. E é uma maravilha não terem sido mais. E quanto mais tarde isto sair, lendo-se e vendo-se em diversas partes, sai com menos flor e aplauso, e há de ser menos estimado»[8].

A verdade é que uma parte significativa dos comentários de Molina à primeira parte da *Suma de teologia* não suscitaram qualquer polémica ou rejeição, nem sequer entre os teólogos de Salamanca. Dado que as questões que suscitavam polémica eram em menor número, mas eram de difícil exposição, Molina optou por escrever duas obras: uma com os comentários completos e outra dedicada às questões mais problemáticas. Esta segunda obra recebeu o título *Concordia liberii arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione et reprobatione* e foi aquela que Molina optou por publicar primeiro.

3. A publicação da *Concordia* de Molina

O processo de publicação decorreu de acordo com os procedimentos habituais, sendo examinado primeiro por uma comissão interna da Companhia de Jesus e depois pelo Santo Ofício. A comissão interna da Companhia de Jesus foi constituída por quatro mestres jesuítas de renome: Fernando Perez, Jorge Serrão, António Carvalho e Luís de Cerqueira[9]. A comissão demorou aproximadamente dois anos a examinar a obra. Provavelmente o responsável por o exame demorar tanto tempo foi Fernando Perez, precisamente o mestre jesuíta que precedeu Molina na primeira cadeira de teologia no Colégio de Évora. Perez tinha escrito, enquanto docente, também ele comentários às mesmas questões da *Suma de teologia*. Destes comentários, que nunca foram publicados, subsistem duas cópias manuscritas. Estes manuscritos são especialmente relevantes, seja porque revelam o pensamento de Perez, seja porque ilustram a natureza das discussões sobre estas questões no Colégio de Évora, aquando da chegada de Molina. A análise dos dois manuscritos revela que Perez defendeu uma posição tradicional, muita próxima da doutrina de Tomás de Aquino, e com

[8] Carta de Luis de Molina para o Geral Claudio Acquaviva, de 29 de Agosto de 1582. Cf. Friedrich Stegmüller (ed.), *Geschichte des Molinismus, vol. I. Neue Molinaschriften*, cit., pp. 551 e 556 (adaptação nossa).

[9] Cartas de Luis de Molina para o Geral Claudio Acquaviva, 19 de junho de 1587 e 6 de outubro de 1587: Cf. Friedrich Stegmüller (ed.), *Geschichte des Molinismus, vol. I. Neue Molinaschriften*, cit., pp. 639-644; 660-661.

poucos elementos inovadores. Pode dizer-se que Molina não apenas ignorou por completo os comentários de Perez, como rejeitou expressamente os argumentos por ele mobilizados. Por outro lado, parece evidente que Molina não tinha boa relação com Perez, culpando-o pelo atraso no exame da obra e de escrever contra ele: em carta ao Geral Claudio Acquaviva, de 19 de junho de 1587, afirma que «em agosto que vem fará dois anos que se vê esta obra. Em março passado fez um ano que a vê o Padre Fernando Perez, e não acabou nem sei quando acabará. O outubro passado recebi a revisão de cinquenta cadernos. De trinta e seis que lhe faltavam, quando vimos que ao fim de seis meses não os enviava, descobrimos não ter visto coisa nenhuma, desculpando-se que lia, confessava, era consultor, etc.. (…) passar três e seis meses desde que se veem uns cadernos até que se tornem a ver outros, e isto vendo-os em momentos perdidos e pelos corredores e como gato sobre as brasas, como aqui se diz, não entendo que juízo e memória da ordem e coerência das coisas se possa fazer bem»[10]. E em cartas anteriores, Molina revela que Perez não concordava com as suas posições e manifestava publicamente essa posição. Por exemplo em carta de 30 de outubro de 1583, dirigida ao Geral Acquaviva, denuncia «que estava o Padre Fernando Perez escrevendo contra ele com grande fervor em Coimbra»[11].

Apesar das dificuldades, a obra superou o exame da comissão interna. É possível que para a superação do exame tenha contribuído o parecer de Jorge Serrão, que era amigo e confidente de Molina. A comissão queixou-se das caraterísticas da obra: do estilo, do modo como eram tratadas as autoridades teológicas (principalmente Agostinho, Boécio e Tomás de Aquino) e mostrou-se reticente quanto a algumas opiniões. Em princípio, Molina terá procedido a algumas mudanças no texto, de acordo com as recomendações, mantendo, porém, as mesmas caraterísticas. Finalmente, em 1587 a *Concordia* foi submetida ao exame do inquisidor geral de Portugal, o dominicano Bartolomeu Ferreira, o mesmo que anos antes (1572) autorizou a impressão dos *Lusíadas* de Luís de Camões. O juízo de Bartolomeu Ferreira evidencia que ficou satisfeito com a obra, considerando-a digna de ser publicada, muito útil à Igreja, não tendo encontrado nela nada de obscuro nem contra a religião[12]. A *Concordia* de Molina foi aprovada em

[10] Friedrich Stegmüller (ed.), *Geschichte des Molinismus, vol. I. Neue Molinaschriften*, cit., p. 639-640 (adaptação nossa).

[11] Friedrich Stegmüller (ed.), *Geschichte des Molinismus, vol. I. Neue Molinaschriften*, cit., p. 572.

[12] «In quo opere nihil a me est animadversum, quod nostrae religioni adversetur. Imo si quid est in Sanctis Conciliis, quod prima fonte videatur obscurum, et scopulosum, id ipsum dilucidatur, et quamplurimi loci sacrae scripturae, tam veteris quam novi

21 de junho de 1588 e a impressão terminou em dezembro desse ano, em Lisboa. Portanto, a *Concordia* foi publicada antes dos comentários completos à primeira parte da *Suma de teologia*, que só foram impressos em 1592.

4. Molina e a defesa da liberdade humana

Não cabe aqui explicar o quanto os teólogos de Salamanca se esforçaram por condenar a *Concordia* de Molina, tanto durante a impressão, como posteriormente. Apelaram ao Arquiduque Alberto, apresentaram queixas à Inquisição e ao Papa e conseguiram que a obra fosse submetida a vários exames posteriores. Neste percurso, a obra de Molina tornou-se ao mesmo tempo objeto de crítica de católicos e de reformistas, uma tendência que persiste em certo sentido até hoje.

Não obstante, a *Concordia* de Molina é um dos grandes produtos do projeto intelectual da Companhia de Jesus. Enumeramos alguns dos maiores contributos teóricos da obra:

1. definição de livre-arbítrio humano adaptada tanto a fins naturais como a fins sobrenaturais (que inclui até a descrição, ainda que hipotética, de um estado de pura natureza);

2. cooperação entre o ser humano e Deus, pensada de tal forma que o ser humano pode determinar os seus atos livremente e ser responsável pela determinação da ação;

3. a vontade humana pode para frustrar a vontade divina (ou seja, a possibilidade do ser humano agir de modo diferente daquele para o qual a graça divina inclina);

4. desvalorização do pecado, da culpa e da responsabilidade;

5. valorização dos esforços humanos, para que estes tenham um papel mais decisivo no processo de salvação;

6. nova forma de explicar a compatibilidade da liberdade humana com a presciência divina (através da doutrina da ciência média);

7. conceção de providência e predestinação baseada na escolha da ordem de coisas e não na escolha prévia de aprovados e reprovados, independentemente da natureza e qualidade dos seus atos.

---

testamenti, dissertisimum stylo expenduntur, et explanantur. Quapropter valde dignas arbitror has lucubrationes, quae in publicam totius Ecclesiae utilitatem excudantur». Cf. Ludovico Molina, *Concordia Liberi arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione, et reprobatione, as nonnullos primae partis D. Thomae artículos*, Olyssipone, Apud Antonium Riberium typographum regium 1588, p. 2.

5. Últimas considerações: a importância e o legado de Molina

As doutrinas defendidas por Molina sistematizaram da melhor forma aquilo que eram as orientações da Companhia de Jesus, nomeadamente a defesa da liberdade humana e o equilíbrio singular entre a revisão doutrinal no contexto da controvérsia com os reformistas e os humanistas e a construção de uma nova doutrina, capaz de estabelecer ao mesmo tempo uma continuidade e uma rutura entre a Idade Média e a Modernidade.

Molina foi formado nos colégios de Coimbra e Évora, mas soube transcender o que nestes colégios se defendia. De facto, foi profundamente original no conjunto das suas doutrinas e, com base nos documentos que temos, pode dizer-se que não teve um antecessor evidente nestes colégios no âmbito das questões teológico-filosóficas mais originais que defendeu. O grande mestre de Coimbra, Pedro da Fonseca, ainda reclamou essa antecedência, mas fê-lo numa obra escrita e publicada posteriormente. Fonseca tratou de forma genial os temas da liberdade humana no terceiro volume dos seus comentários à *Metafísica* de Aristóteles, redigidos em 1596 e publicados em 1604, já depois da sua morte. Mas não há nenhuma evidência que confirme qualquer antecedência de Fonseca relativamente às doutrinas defendidas por Molina e, particularmente, que valide a sua reivindicação da paternidade da doutrina da ciência média.

Os mestres jesuítas em Portugal foram importantes defensores do livre-arbítrio humano, mas a partir do estudo das obras que deles subsistiram verifica-se que, até 1588, nenhum foi tão longe na defesa da liberdade humana e na adaptação das posições tradicionais da teologia quanto Molina na sua *Concordia*. Tem toda a razão Pedro Calafate, quando afirma que «Molina não foi um mero repetidor ou compilador das opiniões da escola, pois sobressai no panorama cultural ibérico também pela novidade e arrojo das suas teorias»[13]. E nenhuma das obras dos mestres destes colégios sobre os mesmos temas, neste período, alcançou a difusão e a influência duradoura que teve a *Concordia*, nem provocou uma polémica tão profunda. Pode dizer-se que na primeira metade do século XVII a Sorbonne converteu-se ao molinismo[14], e a *Concordia* tornou-se uma obra de referência nas discussões teológicas e filosóficas do meio intelectual europeu (veja-se a importância que assume nas discussões com os jansenistas ou a atenção que lhe dedicou Leibniz). Molina marcou definitivamente o século XVI

[13] Pedro Calafate, "Luis de Molina", Centro Virtual Camões — Filosofia do Renascimento, Lisboa, Instituto Camões.

[14] Orlando Romano, «A difusão do pensamento de Luis de Molina na primeira metade do século XVII», *Revista «Cultura – História e Filosofia»*, Vol. I (1982), p. 280 e segs.

em Portugal e constitui um exemplo maior da defesa da liberdade humana no contexto teológico.

Referências bibliográficas

Béltran de Heredia, Vicente, *Domingo Báñez y las controversias sobre la gracia. Textos y documentos*, Salamanca, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1968.

Calafate, Pedro, "Luis de Molina", Centro Virtual Camões — Filosofia do Renascimento, Lisboa, Instituto Camões.

Gomes, Pinharando, *Os Conimbrincenses*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

Ludovico Molina, *Concordia Liberi arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione, et reprobatione, as nonnullos primae partis D. Thomae artículos*, Olyssipone, Apud Antonium Riberium typographum regium 1588.

Pacheco, José Carlos Monteiro, *Simão Rodrigues: iniciador da Companhia de Jesus em Portugal*, Apostolado da Oração, Braga 1987.

Rebalde, João, "Pedro da Fonseca's Doctrine on the Middle Knowledge", in Simone Guidi & Santiago de Carvalho, Mário, *Pedro da Fonseca. Humanism and Metaphysics*, Turnhout, Brepols, 2023, pp. 63-85.

Romano, Orlando, «A difusão do pensamento de Luis de Molina na primeira metade do século XVII», *Revista «Cultura – História e Filosofia»*, Vol. I (1982), p. 261-287.

Romano, Orlando, *O Molinismo. Esboço histórico da génese de conceito filosóficos: I – o livre arbítrio e as virtudes naturais*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1969.

Stegmüller, Friedrich (ed.),*Geschichte des Molinismus, vol. I. Neue Molinaschriften*, Münster, Verlag der Aschendorffschen Verlagsbuchhandlung, 1935.

Torrijos Castrillejo, David, *Pedro de Ledesma y los orígenes de la controversia de auxiliis,* Madrid, Editorial Sindéresis, 2024.